

A Internacionalização da Educação Superior: Estudo Comparado entre Brasil e Portugal

Tania Maria Alemanara da Silva¹

Resumo

Este texto aborda a internacionalização da Educação Superior no Brasil e em Portugal em uma perspectiva comparada, analisa como os dois casos são permeados por reformas no Ensino Superior, fruto de orientações de organismos econômicos internacionais, para adequá-las as diretivas do mercado neoliberal. Trata-se de uma interpretação preliminar de uma pesquisa de doutoramento que pretende investigar como se materializa tal fenômeno no terreno, assim como verificar os impactos que traz para as instituições de Ensino Superior. O objeto empírico é a realidade de duas universidades, nomeadamente a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Coimbra. Utiliza como metodologia a análise de entrevistas com gestores e docentes que estejam envolvidos com o fenômeno. Envolve ainda pesquisa e análise documental de leis e decretos no nível da governança de cada país, análise de documentos dos organismos internacionais que direcionam tais reformas e os planos institucionais das universidades em questão.

Palavras-chave: Ensino Superior; Reformas; Internacionalização.

Abstract

This text discusses the internationalization of Higher Education in Brazil and in Portugal in a comparative perspective, examines how the two cases are permeated by reforms in higher education; these reforms follow guidance from international economic organizations, to adapt them the policies of neoliberal market. This is a preliminary interpretation of the doctoral research, which aims to investigate how this phenomenon is materialized on the ground, how to check the impact they bring to the institutions of higher education. The empirical object are two universities and their practices, the Federal University of Rio de Janeiro and the University of Coimbra . The methodologies used in the analysis are interviews with administrators and teachers who are involved in the phenomenon. The research will also document analysis of the laws and decrees of governance in each country, analysis of documents of international organizations that drive such reforms and institutional plans of universities.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Coimbra no CES - Centro de Estudos Sociais, Portugal; Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ; Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO. Pós-Graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos: Currículo e Práticas Educativas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduada em ESTUDOS SOCIAIS pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1996) e Graduada em PEDAGOGIA pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993). Atualmente é pedagoga do IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho e Educação; docente da Pós-Graduação em EJA do mesmo instituto. Atua no Grupo de Pesquisas Trabalho, Política e Sociedade (GTPS)- UFRRJ-, na condição de pesquisadora, que tem por temas de pesquisa: Ensino Integrado, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas para a Juventude, Formação e Qualificação do Trabalhador.

Keywords: Higher Education; Reform; Internationalization.

1. Introdução

A internacionalização da Educação Superior (ES) não é um fenómeno recente. Já na Idade Média, o princípio da liberdade de movimentos e de levantamento de barreiras às viagens dos académicos ficou bem expresso na *Authentica Habita*:

Tendo havido um diligente exame dos bispos, dos abades, dos chefes (gerais) e de todos os juízes e de próceres (grandes) do nosso palácio sobre isto, concedemos a todos os alunos que iniciam (peregrinam) na causa dos estudos, e principalmente aos mestres (professores) das divinas e sagradas leis esse benefício da nossa piedade, a fim de que, nos lugares em que se exercitam (praticam) os estudos das letras (literaturas), tanto os mesmos quantos seus mensageiros (intérpretes) venham e habitem seguros nos mesmos (lugares)- **Authentica Habita(1152-1190) Frederico do Sacro Império Romano-Germânico.**

A partir da globalização mundial - grandes navegações e colonização-, seguida das revoluções industrial e burguesa e até as duas Grandes Guerras tivemos sempre o acompanhamento do aumento da internacionalização da Educação Superior (migração estudantil e docente).

Após a II Guerra Mundial os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), duas novas superpotências que emergiram no pós-guerra, investiram fortemente na internacionalização da ES – Educação Superior. Suas razões eram políticas e visavam promover a cooperação e o intercâmbio do ensino no plano internacional. O objectivo expresso era o de garantir uma melhor percepção e conhecimento sobre o resto do mundo, manter e expandir suas esferas de influência, assegurando a dominação económica.

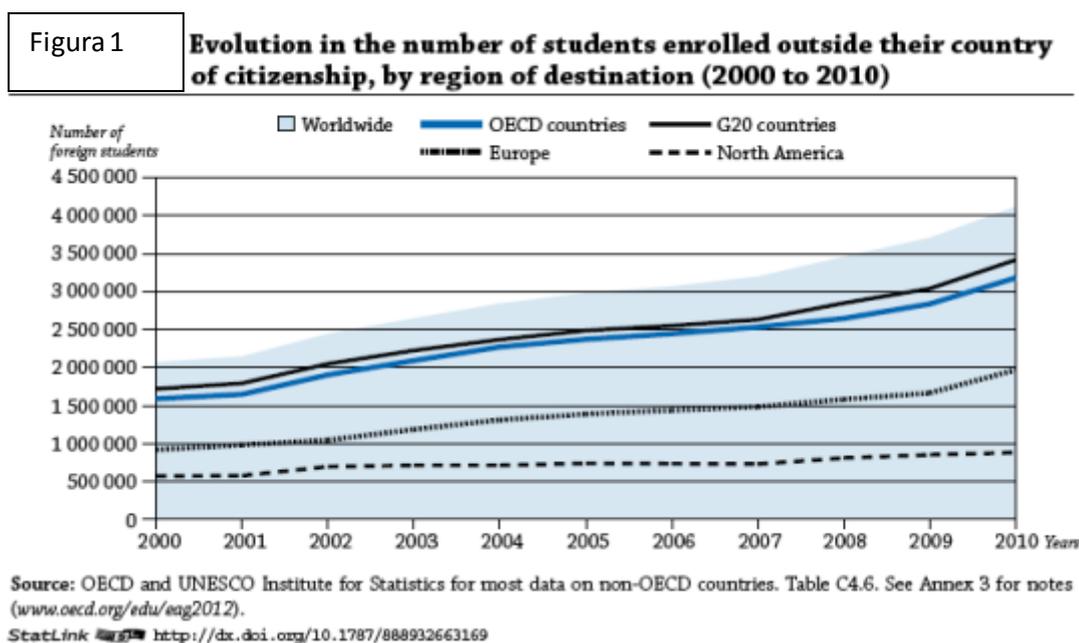
Recentemente, com o processo de reestruturação produtiva e a implementação do ideário neoliberal, como saída à crise estrutural dos anos 1970, houve um novo incremento à internacionalização da ES, intensificada agora pelo processo de globalização capitalista (viabilizada pelas novas tecnologias).

Mais recentemente, a década de 2000 foi período de intensas reformas na ES, na Europa e na América Latina, iniciadas ainda na década anterior. Por isso tomamos esse período como recorte da pesquisa, acrescido dos anos 2011 e 2012 para análise.

Escolhemos dois países: Portugal e Brasil, um de Cada Bloco de países envolvidos nas reformas.

Para apresentar uma ideia do processo de internacionalização apresentamos gráfico a seguir, que demonstra o aumento do volume da migração estudantil na década de 2000. Consideramos que nestes dados estão incluídos também os docentes que saem de seus países para complementar sua formação.

Intensificação da internacionalização da educação Superior (OCDE, 2013)



Como podemos observar no gráfico houve um aumento significativo da migração de estudantes. Esse dado por si demonstra que esse fenômeno que merece ser analisado nas suas causas e consequências, pois deve causar um grande impacto nas instituições, desde as questões administrativas até as questões culturais.

Dessa forma, o problema da pesquisa que originou este trabalho centrou-se no postulado de que a internacionalização da Educação Superior é um conceito amplo, um fenômeno que vem se intensificando e é ainda pouco estudado, podendo ser visto com diferentes enfoques.

Assim, tentaremos responder com a pesquisa: como a Educação Superior (nos determos a duas Universidades), nos aspectos políticos e culturais atravessam as reformas neoliberais, nomeadamente na questão da internacionalização? Como os

organismos internacionais e as forças políticas, em Portugal e no Brasil, influenciam os esforços da internacionalização das IES- instituições de Educação Superior?

A relevância desta pesquisa está em contribuir para a construção do conhecimento acerca da internacionalização da Educação Superior, analisando os enfoques que têm sido dados a ela em nível macroestrutural (organismos internacionais), intermédio (governança de cada país) e micro (instituições de ES), percebendo de que maneira as políticas neoliberais intervêm em cada nível e os impactos que geram nas práticas institucionais.

De início podemos dizer- a partir da revisão de literatura- que a internacionalização da ES tem sido explicada como uma força que diverge do fenômeno da globalização ou como uma dimensão, sinônimo desta.

Como processo divergente da Globalização a internacionalização tem, entre outras, a possibilidade de estabelecer-se como cooperação acadêmica, contribuindo para elevar o processo construção do conhecimento. Pode complementar, harmonizar e estender a dimensão local das IES. Realizar o intercâmbio cultural com vistas ao desenvolvimento de uma consciência planetária de preservação das culturas, do planeta e do ser humano. Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Já como fenômeno imanente a Globalização justifica-se pela necessidade de preparar os estudantes para trabalhar nesse novo mundo, sem fronteiras, do mercado de trabalho aberto e competitivo, que exige cada vez mais conhecimentos (qualificação) dos indivíduos para lidar com diferentes culturas. Traz em si a perda da qualidade da educação por vários motivos: pelo foco na expansão e na privatização das instituições, que na maioria das vezes não são acompanhadas de processo de inclusão social. Pela inserção do managerialismo – princípios da administração privada nas instituições públicas – com mecanismos de controle de gastos, intensificação da produtividade docente – e estímulo à competição, minimização dos gastos com docentes e discentes principalmente no que diz respeito à pesquisa. Esse pressuposto aponta para precarização do trabalho docente, pois docentes passam a ter mais funções em sua rotina de trabalho, mais turmas e mais alunos por turma. Traz ainda a redução do orçamento público com a educação e a consequente inserção de capital

privado, ocasionando sua mercadorização. Outro imperativo desse processo é a unificação dos currículos, gerada pelas imposições do mercado, onde se corre o risco de uma homogeneização da cultura do mercado. Pode ocorrer ainda a perda de pessoal com competências (fuga de cérebros), quando os estudantes tendem a migrar para países que aparentemente oferecem mais oportunidades.

O processo de internacionalização pode ter vieses diferentes. No entanto é, sobretudo, a respeito da ênfase na dimensão competitiva, justificada na tendência globalizante do mercado, cujo impacto se traduz na quebra das relações espaço temporais, promovendo a homogeneização cultural do capital (representado pelas potências hegemônicas) que aprofundaremos nossa análise.

Partimos da hipótese de que a internacionalização ES está na ordem das políticas brasileiras e portuguesas para a educação, com diferentes graus e enfoques, mas que são ancoradas em diretrizes emanadas dos organismos internacionais, que seguem o receituário neoliberal.

No caso do Brasil, o interesse pela internacionalização seria de preparar os estudantes para que retornem ao país capazes de melhorar as condições acadêmico-científicas, transferindo conhecimentos, nomeadamente com vistas ao fenómeno do neodesenvolvimentismo, melhorando sua performance no ranking econômico mundial.

No caso português, inserido na UE, o interesse pela internacionalização seria o de ampliar a sua capacidade promotora de novos conhecimentos, recrutando estudantes de outros países com habilidades acentuadas, com condições de melhorar qualitativamente o nível da pesquisa e do ensino de suas instituições, interesses internos do país, nomeadamente a lógica da comercialização/mercantilização da educação, vender educação como serviço, corroborando com o paradigma hegemónico europeu de Educação Superior.

Entretanto, acreditamos que as instituições de Ensino Superior, nos dois países, também realizem ações que rompam com a perspectiva dominante, mesmo tendo laços com a concepção capitalista, que haja especificidades nos processos institucionais que possam promover o intercâmbio cultural, a cooperação académica sem se limitar aos ditames hegemónicos. No entanto, também acreditamos que as

orientações político-ideológicas do capital causem grandes impactos desfavoráveis à principalmente a autonomia das instituições.

2. A “necessária” reforma da educação para manutenção do modelo capitalista atual

A revolução burguesa trouxe, para a concepção do direito e conseqüentemente para a função do Estado, a vontade do conformismo. A classe burguesa advinda da revolução propôs a absorção de toda a sociedade, assimilando-a o nível cultural e econômico e a função do Estado foi transformada. Ele tornou-se “Educador”. Nessa concepção o Estado deve ser entendido, para além do aparato governativo, deve incluir também os aparelhos privados de hegemonia, a sociedade civil. As forças privadas e a sociedade civil passaram a ser o próprio Estado. Nesta compreensão, ele pode ser liberal no campo econômico e intervencionista no campo cultural (GRAMSCI, 1974, p. 404).

Então o Estado de tipo ocidental, na concepção Gramsciana, é composto pela sociedade política e pela sociedade civil. Como Estado Educador lança mão dos organismos privados de hegemonia para obter o consenso, sem dispensar, no entanto, a coerção, que usa para manter a ordem, sempre que o convencimento não for suficiente, por meio dos aparelhos coercitivos ou repressivos, que são controlados pelas burocracias. Já a sociedade civil é composta por organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, entre outros - aparelhos privados de hegemonia – e, por meio desses, busca exercer a hegemonia, ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e a obtenção do consenso. Cabe à sociedade civil a função de hegemonia, e à sociedade política a função de dominação; e é no nível da sociedade civil que se processam as condições para reprodução ou rompimento de uma estrutura social. A sociedade civil seria a união de homens por meio da ideologia, onde o valor da educação, ao invés da força, se evidencia.

Utilizando-se do modelo político ideológico neoliberal e do modelo flexível de produção, a classe hegemônica do capital iniciou uma arrojada busca de recomposição das bases de acumulação, por meio da inserção cada vez mais intensa da ciência e da

tecnologia nos processos produtivos, que conseqüentemente ocasionaram a necessidade de mudanças na educação para dar suporte a nova forma produtiva, como já dissemos anteriormente.

A introdução cada vez maior de novas tecnologias aliadas a internacionalização são táticas inerentes ao modelo capitalista para sua expansão mundial e já haviam sido previstas por Marx e Engels:

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. [...] Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. [...] das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (MARX & ENGELS, 1999).

Na nova ordem do capital, sua mundialização – globalização - tem levado a também a mundialização da cultura, a sua homogeneização para a sociabilidade do capital. A educação, nesse cenário passou a ser um processo implicado diretamente com a reprodução das relações de produção, com o papel de possibilitar o reforço da dominação. Os dirigentes do projeto de sociabilidade do capital em plena consciência do poder da educação para instrumentalizar a materialidade do seu projeto vêm utilizando as instituições escolares como aparelhos privados de hegemonia, justificados pelo discurso de que a nova sociedade (globalizada) caracteriza-se pelo predomínio de incertezas, em um mundo em constantes mudanças - caracterizadas como um fenômeno para além do humano-, onde o homem fica sujeito às intempéries do mercado. Dessa forma, torna-se necessário a permanente capacitação dos indivíduos, para suprir as demandas do mundo do trabalho atual e torná-los empregáveis.

As várias reformas na educação que temos assistido, principalmente na Educação Superior, - orientadas pela cúpula do sistema capitalista mundial por meio dos seus organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, OCDE, UNESCO, Banco Europeu, entre outros - são fundamentais para manutenção da hegemonia. Fazem a educação aflorar no contexto das relações de dominação, para obtenção do consenso, como forma de englobar toda a sociedade, disseminando os valores do mercado como

universais, e por isso é um campo importante de controle do Estado. A educação tem papel estratégico e indispensável à manutenção desta ordem: capacitar as massas para a produção e acalmá-las, quanto a possíveis revoltas, provocando um sentimento de pertença, por meio da ampliação do acesso a educação - carro chefe das reformas educacionais no Brasil- mesmo que sem qualidade. Acrescenta-se ainda sua função de mercadoria, a educação está cada vez mais sendo vendida como serviço.

Embora tenhamos conhecimento de que as reformas educacionais estão se dando em todos os níveis da educação, vamos apontar algumas reformas promovidas no ensino superior, nomeadamente na União Europeia e na América Latina, para ilustrar nossa análise e para nos ajudarem a entender como a internacionalização se insere nesse processo.

3. Reformas na Educação Superior no Brasil

De acordo com sociólogo brasileiro Fernandes:

A todo processo econômico – comercial, financeiro ou industrial – sempre corresponde um processo cultural condicionante ou conseqüente. E, de maneira geral, a dependência (ou heteronomia) nunca é só econômica; ele é simultaneamente, social e cultural. Sob esse aspecto, a escola superior, estrutural e dinamicamente vinculada à organização econômica, social e política de uma sociedade depende, concorre para estabelecer e para expandir os nexos ao nível da educação e da cultura (FERNANDES, 1975).

Na América Latina a educação, por meio da privatização, tornou-se um negócio para os detentores do capital. No entanto, tem se dado de forma dissimulada, diferente do Espaço Europeu de Educação Superior, pois convivem neste terreno instituições privadas e públicas - seguindo as orientações do Banco Mundial. Podemos exemplificar esse fato na publicação do documento *“lições derivadas da experiência (1994)”*, do Banco Mundial que orientava as políticas de educação superior para os países latino-americanos, onde um de seus objetivos expressos era: desconstituir o chamado modelo (humboldtiano) de universidade que se fundamenta na indissociabilidade entre ensino e pesquisa e na gratuidade das instituições públicas e propunha um modelo de Ensino Superior dissociado da pesquisa. Nesse foram apresentadas quatro

estratégias para a reforma da Educação Superior na América Latina, Ásia e Caribe (LIMA *apud* LEHER, 2005):

A primeira recomendava a diversificação das instituições de ensino superior, que deveriam passar a conjugar universidades públicas, privadas e instituições não universitárias, com cursos politécnicos e de curta duração para atender as demandas do mundo do capital.

A segunda por meio a diversificação de fontes de financiamento nas universidades públicas, com as diretrizes:

“mobilizar fundos privados para o ensino superior; apoiar os estudantes qualificados que não podem prosseguir os estudos superiores devido à renda familiar insuficiente e melhorar a destinação e a utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições” (LIMA, 2005 p. 136).

A terceira estratégia do Banco Mundial seria a redefinição das funções do Estado que passaria a ser a instância executora da política de ensino superior, tornando-se um agente facilitador para consolidar um novo marco político e jurídico e inseriria o setor privado na administração dessas instituições (LIMA, 2005).

“as instituições a cargo dos programas avançados de ensino e pesquisa deveriam contar com a orientação de representantes dos setores produtivos. A participação dos representantes do setor privado nos conselhos de administração das instituições de ensino superior, públicas e privadas, podendo contribuir para assegurar a pertinência dos programas acadêmicos” (BM, 1994, p.79 *apud* LIMA, 2005).

A quarta refere-se à flexibilização do trabalho docente:

“as instituições deveriam ter igualmente a faculdade de contratar e demitir pessoal, considerando que a política de pessoal representa uma parte importante dos gastos da maioria das instituições de ensino superior. Esta flexibilidade é essencial para que as universidades possam estabelecer programas que respondam às novas demandas do mercado de trabalho e controlar os custos, reduzindo pessoal docente, quando a proporção entre professores e alunos estiver abaixo dos níveis de eficiência. As tabelas de salários deveriam ser fixadas de maneira independente, em cada instituição, para que possam atrair professores de boa qualidade” (BM, 1994, p.72, *apud* LIMA, 2005).

O Brasil passou a seguir, literalmente, as orientações do Banco Mundial e a implementar várias medidas, iniciadas no Governo FHC, como a proliferação massiva de instituições privadas de ensino superior, sem qualquer controle de qualidade e

nenhuma regulamentação do Estado. No governo Lula da Silva abriram-se três frentes de ação: a primeira pela “Ifetização” das Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Vinculadas a Universidades e dos CEFETs - Centro Federal de Educação Tecnológica, processo que as aglutinou transformando-as em IFETs, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; a segunda por meio da expansão Universitária dada pelo REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a terceira através do PROUNI – Programa Universidade para Todos - que passou a oferecer bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas a estudantes que não conseguiram aprovação em universidades públicas e que apresentassem carência social.

A Ifetização se deu pelo Decreto nº 6.095/07, que estabeleceu diretrizes para a integração de todas as instituições de ensino da rede federal de educação profissional com a finalidade de constituir os IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram criados 38 Institutos, que passaram a oferecer além dos cursos técnicos e tecnólogos (duração de dois anos), ensino superior. No entanto, essas instituições não são universidades, devem atuar principalmente na área técnica, tecnológica e na formação de professores. Delineando-se um processo de educação dual de oferta da Educação Superior, onde coexistem Universidades, Universidades Tecnológicas e Institutos de Educação Ciência e Tecnologia com graus e níveis distintos de oferta, de formação e de autonomia.

O governo Lula da Silva também criou em 2005, a primeira Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do CEFET Paraná- UFTP. Esse novo modelo de Universidade permearia todos os níveis de ensino e os cursos por ela oferecidos proporcionando a integração vertical entre eles, desde o ensino médio até o ensino superior. Ressaltamos que esta iniciativa privilegiou a área tecnológica em um esforço para alavancar a produção da ciência e da tecnologia voltadas para o mercado.

O REUNI foi instituído nas universidades federais, pelo decreto 6096/2007, que previu o crescimento vertiginoso do número das vagas, principalmente no turno da noite e do número de alunos por turma, sem a devida estrutura física ou de recursos humanos. Além de impor padrões de competências e de produtividade às

universidades, ferindo sua autonomia e de condicionar o aumento do repasse de verbas a adesão ao programa.

Pela **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005** instituiu o PROUNI, convênio com as universidades privadas passou a oferecer bolsas de estudos aos estudantes, pagas pelo Estado. Permitiu assim, que as verbas públicas fossem alocadas no setor privado.

No bojo dessas reformas estão outros decretos que permitiram que a iniciativa privada patrocinasse projetos nas universidades públicas e que sejam cobradas propinas por cursos oferecidos em nível de pós-graduação, corroborando para o que chamamos de mercadologização da educação.

Nos limites desse trabalho não daremos conta de tratar em detalhes dessas reformas, mas as iniciativas que descremos nos permite identificar alguns indícios de seu direcionamento às políticas do Banco mundial.

A respeito da internacionalização da ES o governo instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras Pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Trata-se de um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação, promovendo a mobilidade internacional. Iniciativa dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

Este programa teve como objetivo principal promover o desenvolvimento tecnológico e estimular os processos de inovação no Brasil por meio da mobilidade internacional dos docentes, pós-doutorandos e pesquisadores brasileiros, dos discentes de graduação e pós-graduação de forma que pudessem estimular a inserção das pesquisas feitas nas instituições brasileiras às melhores experiências internacionais. Politicamente foi uma demonstração do empenho do governo brasileiro em promover a internacionalização da Educação Superior brasileira ao resto do mundo.

O programa enviou mais de 6,7 mil estudantes brasileiros para universidades no exterior nos primeiros seis meses (MEC, 2012) e mais 12 mil bolsistas deveriam embarcar, nesse mesmo ano, para realizar um ano da graduação em outros países,

como meta inicial. A meta do programa seria oferecer 101 mil bolsas de graduação e pós-graduação nos três anos seguintes.

Os movimentos entre os países estão crescendo e novas relações estão sendo estabelecidas no plano da internacionalização da Educação Superior. Os polos comerciais e de poder mundial estão se movendo entre o oriente e o ocidente. Antes, o poder absoluto de algumas nações definia as regras, principalmente em questões econômicas, entretanto, neste início de século, o que se observa é que a hegemonia norte-americana e da Europa começaram a se desestabilizar e outras nações estão emergindo. A Índia vai duplicar em poucos anos o número de estudantes que acedem ao ensino superior e a China a acompanha nesse caminho. As relações políticas na América Latina estão tendo desdobramentos diferenciados com a nova condição esquerdista que se delineia no continente. A China surge como a segunda nação economicamente mais poderosa no cenário mundial, junto com a Índia. Esses fatores configuram as novas relações internacionais e redefinem o papel da educação e das relações entre as instituições de Educação Superior pelo mundo.

A Europa em resposta as mudanças mundiais desenvolveu um processo de reorganização da Educação Superior.

4. Reformas na Educação Superior em Portugal e os aspectos correspondentes à lógica do mercado no processo de Bolonha:

A Europa detém vários países que fazem parte do centro do poder econômico no mundo, com a crise que se estabeleceu a partir dos anos 1970 e a reestruturação produtiva, política e ideológica que se desencadeou para superá-la, instalou-se uma nova etapa da globalização do capital, com ela uma configuração inédita de blocos econômicos, entre os quais a União Européia se institui com fins de competir no ranking mundial pela conquista de mercados e poder. Para fazer frente a essa disputa esse bloco de países entendeu que seria necessário que se reformula-se a Educação Superior, no moldes do paradigma Neoliberal, que atendesse aos pressupostos do mercado. Dessa premissa, surgiu o processo de Bolonha, onde em seu próprio documento criador declara as intenções de competição no mercado mundial.

A reunião de Bolonha de 1999 efetivou um tratado entre vários países Europeus (47 países), membros ou não da União Européia, com a finalidade de reestruturar todo o Ensino Superior. Na base desse tratado estava a construção de um Espaço de Ensino Superior que favorecesse o intercambio entre os países signatários da declaração, a mobilidade estudantil, de professores e de profissionais de acordo com as competencias das creditações, para estruturar a competitividade do Bloco dos países Europeus frente ao mercado mundial(OLIVÉ, 2010).

O acordo de Bolonha não escondeu sua finalidade de uniformizar a Educação Superior no Bloco Europeu com vistas a aumentar sua competitividade acadêmica no mercado do Ensino Superior, como não escondeu a intenção de utilizar a Educação Superior para promover seu poder competitivo nas economias do primeiro mundo, como destaca Lima no fragmento dos objetivos do documento:

“Em especial, deve-se ter em conta o objetivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem medir-se pela atração que a sua cultura exerce sobre os outros países. Precisamos assegurar que o sistema europeu do Ensino Superior consiga adquirir um grau de atração mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradições cultural e científica”. (BOLONHA *apud* LIMA, 2005).

O processo fomentou a cooperação entre esses países para garantir a qualidade da Educação Superior, por meio de desenvolvimentos de redes, projetos e organismos específicos de suporte em conjunto.

Trouxe para a vida acadêmica dos países signatários, além da homogeneização do Ensino Superior para atender as necessidades puramente mercadológicas o aumento do número oferta de vagas. No entanto, esse aconteceu sem a devida equivalência do número de docentes. Assim, teve como consequência a sobrecarga das tarefas docentes; a diminuição do tempo para as atividades de pesquisa, com expansão do controle das atividades acadêmicas. Como também, despertou o interesse de novas instituições em ascender ao status de universidade (OLIVÉ, 2010).

Os países desenvolvidos, com alternância nos setores privados e públicos, mas com maior intensidade no setor privado, de modo geral, têm expandido o número de alunos matriculados no Ensino Superior, saltaram de 13 para 82 milhões de 1968 a 1995 segundo Romão (2010). Essa expansão se deu muitas vezes como forma de atrair alunos de outros países. A questão chave é que não questionamos o aumento do

número de vagas, mas sim a defasagem na relação quantitativa professor/aluno para recrutar alunos de outros países, uma vez que a governança de alguns países, alegando o momento de crise financeira, têm reduzindo a contratação de docentes e reduzido o financiamento da ES.

Para a criação do EEES - Espaço Europeu de Educação Superior – foi estabelecida a equiparação das creditações acadêmicas nos países signatários. Essa ação nos parece implicar em uma homogeneização do Ensino Superior (ES) para atender às necessidades mercadológicas, a afirmação de uma cultura única, descaracterizando o princípio de autonomia das universidades (IES).

Em Portugal, segundo (Peixoto, 2013), o Ensino Superior sofreu nos últimos 5 anos uma profunda reforma, com alterações importantes na organização de seu sistema. Essas mudanças passaram pela reconfiguração do regime jurídico das instituições, pela criação de uma agência de avaliação e creditação, com alterações no financiamento e na responsabilidade dos cargos de gestão. O estatuto da carreira docente foi afetado e no que toca aos estudantes houve alterações na atribuição do suplemento ao diploma com relação aos graus de seus diplomas e no currículo no sentido de adequá-los as orientações do processo de Bolonha.

Ainda segundo Peixoto (2013) tais reformas aconteceram em contraciclo, uma vez que se deram em um período que o país atravessa uma crise econômica. Segundo o autor as melhores reformas devem acontecer em momentos estáveis ou de crescimento. Acrescenta ainda, que tais reformas estabeleceram um sistema de ensino dual, onde se concretizou a separação das IES entre as que oferecem ensino de pós-graduação e investigação e as que orientam sua oferta de ensino para o primeiro ciclo de formação.

Essas reformas seguem os preceitos das lógicas neoliberais promovidas pelas agências e agendas hegemônicas no setor da educação (Peixoto, 2013).

À semelhança da reforma ocorrida no Brasil, Portugal também elegeu um sistema binário de ensino. Segundo a DGES – Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência de Portugal-, foram implementadas as seguintes mudanças no sistema de Educação Superior de Portugal:

O ensino superior em Portugal consiste num sistema binário compreendendo o ensino universitário e o ensino politécnico, sendo que atualmente existem quase 400 mil estudantes distribuídos por 35 instituições de ensino superior público e 94 instituições de ensino superior privado (DGES, 2013).

O sistema trouxe a seguinte dualidade: os institutos politécnicos ficaram restritos ao ensino, deixando a pesquisas para as universidades, causando a desvinculação da tríade sempre perseguida pelas universidades: ensino, pesquisa e extensão. Outra ação da governação portuguesa que se deu em 2005 foi a publicação de um diploma, documento instrumentalizou e adequou seu sistema de Ensino Superior ao Espaço Europeu de Ensino Superior (Decreto-Lei 42/2005). Com ele se implementou um novo sistema de créditos (ECTS) para os ciclos de estudo, mecanismos de mobilidade, suplemento ao diploma, entre outros. Os ciclos de estudos passaram a ser mais curtos e com disciplinas adaptadas as dos países signatários de Bolonha.

Em agosto desse mesmo ano foi alterada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 49/2005), de modo a contemplar as bases para implementação do Processo de Bolonha no Ensino Superior, na sequência das orientações da reunião Ministerial de Bergen (DGES, 2013).

Foi também definido um quadro genérico de qualificações em ciclos (três ciclos) de estudos que passou a organizar o ES português, modelo já consolidado na Europa (em Portugal desde o ano 2009/2010). Foram também definidos parâmetros de qualificação genéricos para cada ciclo, baseados em competências adquiridas, bem como a estrutura do 1.º e 2.º ciclos de estudos em termos de intervalos ECTS:

Em Março de 2006 foi publicado o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (Decreto-Lei 74/2006), que veio regular os princípios e a organização dos ciclos de estudo de acordo com o processo de Bolonha. Posteriores desenvolvimentos neste âmbito foram estabelecidos em 2008 (Decreto-Lei 107/2008) e em 2009 (Decreto-Lei 230/2009), através de alteração legislativa...É também em 2006 que é publicado o diploma que regula atualmente os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) (Decreto-Lei 88/2006...O sistema de ensino superior português foi submetido em 2006 a avaliações internacionais, tendo a OCDE realizado um relatório, que foi publicado em 2007 e amplamente divulgado e discutido, com um conjunto de recomendações que inspiraram algumas reformas legislativas (DGES, 2013).

Nesse mesmo ano ficou estabelecido o quadro orientador e os princípios de organização do sistema, com a publicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior – RJIES (Decreto-Lei 62/2007).

A partir do decreto acima citado foram introduzidas normas de gestão nas IES da rede pública que estão afinadas com o *managerialismo*, ou seja, modelo de gestão de empresas privadas, elencamos como exemplo o atrelamento de seu financiamento a modernização da gestão e aos índices obtidos na avaliação, que leva em conta nomeadamente a produtividade e eficiência. O orçamento passou assim, a ser uma ferramenta reguladora da autonomia (RIAIPE3, 2013).

Para dar conta de tal controle entrou em cena um novo ator: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3es) – que alterou o quadro de competências em matéria de acreditação de ciclos de estudo (Decreto-Lei 369/2007). Em 2009, a A3es lançou o primeiro concurso para acreditação de novos ciclos de estudo, cursos para os quais o funcionamento deveria ter início no corrente ano lectivo (2010/2011).

De modo geral essas medidas incentivam à mobilidade estudantil, esse incentivo não deve ser criticado. No entanto, se tal mobilidade for em busca apenas da homogeneização cultural do mercado, estaremos entregue à lógica do modelo de ensino e pesquisa neoliberal estabelecendo uma cultura única: a do mercado.

A internacionalização da educação superior um fenômeno emergente nas reformas em curso. Em 1975 eram 800 mil estudantes em intercâmbio no mundo todo e em 2011, o número já era de 4,5 milhões, segundo dados da OCDE (2013). O processo de Bolonha incentiva claramente a migração estudantil e docente. Para tanto lançou a estratégia de um sistema de graus académicos facilmente reconhecíveis e comparáveis entre os países membros, para facilitar a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores.

O comunicado de Londres em 2007, na esteira da internacionalização contemplou a promoção da mobilidade dos estudantes e pessoal docente, direcionando o desenvolvimento de medidas para avaliar esta mobilidade. Previa a avaliação da eficácia das estratégias nacionais sobre a dimensão social da educação, o desenvolvimento de indicadores e dados para avaliar a evolução a respeito da mobilidade e da dimensão social, a análise de formas para melhorar a empregabilidade

relacionada com o sistema de aprendizagem em três ciclos, como incentivo ao que a Unesco chamou de “aprendizagem ao longo da vida”, outra estratégia foi a melhoria da divulgação das informações sobre o EEES e o seu reconhecimento em todo o mundo, entre outras questões.

O comunicado Leuven – EN, 2009 – previu outras questões aumentar as oportunidades para a mobilidade e a sua qualidade até 2020, 20% de todos os licenciados devem ter passado um período de estudo ou estágio no estrangeiro e garantir o financiamento de forma que sejam identificadas novas e diferentes soluções para complementar o financiamento público.

Estes pontos no processo de Bolonha demonstram a intenção de promover a internacionalização da ES. Essa deve se dar para garantir e elevar o status do Espaço Europeu de Educação Superior no mundo. Nota-se também a ênfase dada ao financiamento privado no setor. Esses são elementos que apontam a educação a serviço do capital.

5. Conclusão

Concluimos preliminarmente que o foco da internacionalização passa pela via do mercado. A internacionalização como possibilidade de troca cultural e intercâmbio de ideias fica restrita ao âmbito das instituições acadêmicas (IES).

Referências Bibliográficas

Alves, G. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2000.

Antunes, R. *Resenha do livro: Para além do Capital, Istvan Mészáros*. . junho de 2002.
www.espaçoacademico.com.br.

—. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Brasil: Boitempo, 1999.

—. *www.revista outubro: A terceira via de Tony Blair: a outra face do Neoliberalismo Inglês*. 12 de 09 de 2011. www.revistaoutubro.com.br.

Burgess, R. G. *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras, Portugal: E. d. Freitas, & M. I. Mansinho, Trads.Celta Editora., 1997.

CASA CIVIL, B.Decreto 5354/2005. www.planalto.gov.br/civil/ato2004-2006/2005/Decreto/D5493. 18 de julho de 2005. <http://www.planalto.gov.br/ccivil>.

Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Brasil: Xamã, 1996.

DGES. *Direção geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência de Portugal*. 15 de maio de 2013. <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/AssuntosDiversos/FHEQ/>.

Fernandes, F. *Universidade brasileira : reforma ou revolução?* . São Paulo, Brasil: Alfa-Omega, 1975.

Gonzalez, Rodrigo Stumpf. "O método Comparativo e a Ciência Política." *Revistas de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, consulta em 26 de junho de 2013 de janeiro-junho de 2008: seer.bce.unb.br/index.php/repam.

Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

Hamilton de Godoy Wielewicki, Marilze Rubin Oliveira. "Internacionalização da Educação superior: Processo de Bolonha." *Ensaio: Avaliação políticas públicas Educacionais*, junho, abril de 2010: 215-234.

Harvey, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: 14ª edição. Loyola., 1992.

Knight, J. *Five Myths about Internationalization*. *International Higher Education*, (62), 14-15. USA, 27 de junho de 2011.

Knight, J. *Internationalisation of Higher Education. Quality and Internationalization in Higher Education*. OECD. ISBN: 92-64-17049-9. 1999.

Knight, J. *Internationalisation: Key Concepts*. *Internationalisation of European Higher Education*. Raabe. ISBN: 978-3-8183-0543-7. USA, 2010.

Knight, J. *Internationalization: Unintended Consequences?* *International Higher Education*, (54), 8-10. USA, (2009).

—. Knight, J. (06 de novembro de 2012). *Ensino superior Unicamp*. Obtido em 24 de abril de 2013, de *International Higher Education* <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-educatin/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o>.

Knight, J., & De Wit, H. *Strategies for Internationalisation of Higher Education: historical and conceptual perspectives*. *Strategies for Internationalization of Higher Education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United State of America*. 1995. OCDE, Amsterdam.

Knight, J., & Levy, D. *Internationalization : A Decade of Changes and Challenges*. *International Higher Education*, (50), 6-7. (2008). OCDE.

Knight, Jane. "Modèle d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux". In: . Paris: OCDE L'enseignement supérieur en Amérique latine – la dimension internationale. , 2005.

Leher, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza*. São Paulo, Brasil: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP., 1998.

Lima, K. R. *O empresariamento da educação? Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo, Brasil: Xamã., 2002.

Lima, K. R. *Reforma da Educação Superior nos Anos de Contra-Revolução Neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Teses de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil , 2005.

Lima, K. R., & In NEVES, L. " Um novo senhor da educação?A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. ." *Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas*, 1999 n.3: 19-30.

Lima, Kátia. "TRABALHO DOCENTE E DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NA EXP." *Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Maranhão: <http://www.joinpp.ufma.br>, 2011. 49.

Marx, K. *O capital*. São Paulo, Brasil: Nova Cultural, 2000.

MEC. *Ministério da Educação*. 12 de 08 de 2012. <http://www.mec.gov.br>.

MEC, Diretrizes para o REUNI. [//portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf). 06 de MARÇO de 2012.

MEC/SETEC, B. (s.d.). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. MEC: [HTTP://portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). 15 de julho de 2009. [HTTP://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf).

Mendes, José Manoel de Oliveira. "Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas." setembro de 2003: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.php.

Mészáros, István. *Para além do capital*. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2002.

Morosine, M. C. *Morosine, M. C O estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação superior- conceitos e práticas. Associação Nacional de Pós-Praduação e Pesquisa em Educação (pp. 107-124). Caxambu: UFPR Educar, Curitiba - PR, Brasil. UFPR Educar, Curitiba - PR, Brasil.: ANPEd (pp. 107-124), 2006.*

Neves, L. M. *Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo, Brasil: Xamã, 2004b.

OCDE, Indicators. http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance_19991487. 25 de junho de 2013. www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance.

Olivé, C. M. *O caminho de 2010: Universidade espanhola entre o desafio e a resistência. In Prometeu Desencantado*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

Peixoto, Paulo. *Educação Superior - Reformas em Contraciclo*. 25 de fevereiro de 2013. <http://www.op-edu.eu>.

Powar, P. J. Lavakare e K. B. "international-higher-education/estudantes-africanos-na-india-padroes-de-mobilidade <http://www.revistaensinosuperior.gr>." *revistaensinosuperior.unicamp.br* <http://www.revistaensinosuperior.gr>, 24 de abril de 2013.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, Brasil. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. 03 de 03 de 2007. www.planalto.gov.br.

RIAIPE3. *Programa Alfa da Uniao Europeia para a América Latina*. Coimbra, Portugal: <http://www.riaipe-alfa.eu/index.php/pt/produutos/produutos/relatorios-nacionais>, 2013.

Romão, J. E. *Prometeu desencantado: Educação Superior na Ibero-América*. Brasília: Liber Livro, 2010.

Santiago, Rui. *Changing Patterns in the Middle Management of Higher Education Institutions: The Case of Portugal*. <http://link.springer.com>: Kluwer Academic Publishers, 2006.

Santos, Boaventura de Souza. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

— . *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SHINEIDER, Sergio. *O uso do método comparativo*. Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil, http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_uso_do_metodo_comparativo_nas_ciencias_sociais.pdf de 1998.

Souza, José dos Santos. *Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil - Anos 90 - José dos Santos Souza*. São Paulo, Brasil: Editora Autores Associados, 2002.

Veiga, R.B. *Internacionalização da Instituições de Ensino. Dissertação de Mestrado*. Leiria: Instituto Politecnico de Leiria, 2011.

wallerstein, Immanuel. *Para Abrir as Ciências Sociais*. Lisboa: America-Europa, 1996.

Wit, H. *NVAO*. december de 2010. <http://nvaio.com>.